



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021 – PE/PMP
JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTOS PELA EMPRESA
FML TECNOLOGIA ELETRÔNICA EIRELI, inscrita sob o CNPJ n. 16.981.262/0001-14
E CONTRARRAZÕES DA EMPRESA D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita sob o
CNPJ n. 38.874.848/0001-12.

Processo Administrativo: n.º 17060001/2021

Pregão Eletrônico: nº 026/2021 – PE/PMP

Objeto: Registro de preço para aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos para iluminação pública visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura na execução e manutenção desta atividade no Município de Portalegre/RN.

No dia 20 de agosto de 2021, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio do Município de Portalegre/RN formada pelos membros internos José Alan da Silva Fernandes, Francisco Victor de Souza, e, Antônio Klenylson Fernandes Leite, reuniram para julgamento do recurso interposto contra a decisão de habilitação, referente a empresa D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ n. 38.874.848/0001-12.

RESPOSTA AO RECURSO DA REQUERENTE: FML TECNOLOGIA ELETRÔNICA EIRELI, inscrita sob o CNPJ n. 16.981.262/0001-14.

1. ANALISANDO O RECURSO:

1.1. Das Preliminares e Tempestividade

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa supracitada, na data de 12 de agosto de 2021, em face da decisão resultante do julgamento dos documentos relativos a Habilitação, referente ao certame licitatório Pregão Eletrônico nº 026/2021, cuja a habilitação prévia se deu no dia 12 de agosto do corrente ano, julgando assim TEMPESTIVO, por apresentar dentro do prazo descrito no Decreto Federal nº 10.024/2021.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO E DO QUESTIONAMENTO:

2.1. A requerente alega que a empresa em julgamento, não apresentou Balanço Patrimonial do último exercício social.

3. DAS RAZÕES DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO:

3.1. A requerida alega que a empresa requerente “não está familiarizada com as mudanças ocorridas nas licitações públicas em decorrência da pandemia de coronavírus, senão, saberia que no dia 30 de março de 2020 fora publicada a Medida Provisória nº 931, que flexibiliza, excepcionalmente, em até sete meses (julho), o prazo para aprovação dos exercícios sociais das companhias abertas e fechadas, sociedades limitadas e cooperativas.

E

[...]

Além dos referidos prazos mencionados, deve-se levar em consideração que a Receita Federal do Brasil prorrogou o prazo de transmissão a



Escrituração Contábil Fiscal referente ao ano-calendário de 2020, em razão da pandemia, para o dia 30 de setembro de 2021."

4. DO MÉRITO:

- 4.1. O artigo 37 da Constituição Federal de 1988, além de versar acerca dos princípios que regem a administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, apresenta, outrossim, em seu inciso XXI, a obrigatoriedade de realização de processo de licitação pública para execução de obras, serviços, compras e alienações.
- 4.2. A licitação consiste em processo administrativo por meio do qual deve-se assegurar a igualdade de condições aos participantes, e tem por fim buscar as propostas mais vantajosas à Administração Pública. Em consonância com o artigo 3º da Lei 8.666 de 1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

5. DO JULGAMENTO:

- 5.1. Quanto ao questionamento referente ao Balanço Patrimonial, o Instrumento Convocatório da Licitação, em seu item 8.10.2, diz: "Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta."
- 5.2. A Instrução Normativa nº RFB Nº 2003, DE 18 DE JANEIRO DE 2021, em seu Art. 5º, é clara: "A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração. (Vide Instrução Normativa RFB nº 2023, de 28 de abril de 2021)";
- 5.3. Diante dos fatos, até agora, o prazo final para envio é o último dia do mês de maio, porém, com o advento, infelizmente, da situação pandêmica mundial, e prevendo atrasos ou qualquer outro evento/sinistro, foi redigida a Instrução Normativa nº RFB Nº 2.023, DE 28 DE ABRIL DE 2021, que prorrogou o prazo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2020.
- 5.4. Em seu Art. 1º, a IN, afirma: Art. 1º O prazo final para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-



calendário de 2020, **fica prorrogado, em caráter excepcional, para o último dia útil do mês de julho de 2021.**

5.5. Com isso, ainda no corrente ano, mais precisamente no mês anterior (julho), foi publicada a IN RFB Nº 2039, DE 14 DE JULHO DE 2021, que "Prorroga o prazo de transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2020."

5.6. Diante das razões e contrarrazões aqui expostas, além das Instruções Normativas descritas, trazemos os conceitos sobre ECD e ECF:

5.6.1. Instituída para fins fiscais e previdenciários, a ECD é parte integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e surgiu para substituir a escrituração que antes era realizada em papel. Para a versão digital, compreende a transmissão dos livros:

5.6.1.1. Livro Diário e seus auxiliares, se tiver;

5.6.1.2. Livro Razão e seus auxiliares, se tiver;

5.6.1.3. **Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.** (Grifei e Negritei).

5.6.2. A ECF é uma obrigação acessória que tem por objetivo **interligar os dados contábeis e fiscais que se referem à apuração do IRPJ e da CSLL**, agilizando o processo de acesso do Fisco e tornando mais eficiente o processo de fiscalização através do cruzamento de dados digital. (Grifei e Negritei).

5.6.3. Portanto, A ECD foi instituída para fins fiscais e previdenciários, enquanto a ECF é destinada a obter informações relativas a todas as operações que possam influenciar a composição e o valor devido da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). **Faz parte do envio digital da ECD os livros: Diário, Razão e Balancetes Diários, Balanços e Fichas de Lançamento.** Já para pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Real, a ECF torna-se obrigatória à escrituração digital do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur). Os demais contribuintes valem-se de um leque de informações para a apuração da base de cálculo do IRPJ e CSLL. (Negritei).

5.6.4. Então, fica claro que o prazo para envio do Balanço Patrimonial, segue o disposto na Instrução Normativa RFB Nº 2.023, DE 28 DE ABRIL DE 2021, sendo este o último dia útil do mês de julho de 2021, e não o da Instrução Normativa RFB Nº 2039, DE 14 DE JULHO DE 2021. Sendo assim, entendemos que houve um lapso por parte deste Pregoeiro na análise que habilitou a empresa D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ n. 38.874.848/0001-12.

6. **DECISÃO:**

6.1. Por todo o exposto, manifesta o Pregoeiro Municipal, juntamente com Equipe de Apoio, que **HÁ FUNDAMENTOS/MOTIVOS LEGAIS** que



justifiquem a inabilitação da empresa D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ n. 38.874.848/0001-12, **JULGANDO ASSIM PELO PROVIMENTO DO RECURSO impetrada pela empresa FML TECNOLOGIA ELETRÔNICA EIRELI, inscrita sob o CNPJ n. 16.981.262/0001-14.**

- 6.2. Por todo o exposto, manifesta o Pregoeiro Municipal, juntamente com Equipe de Apoio, que **NÃO HÁ FUNDAMENTOS/MOTIVOS LEGAIS** que justifiquem a habilitação da empresa D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ n. 38.874.848/0001-12, **JULGANDO ASSIM PELO NÃO PROVIMENTO DA CONTRARRAZÃO AO RECURSO impetrada pela empresa FML TECNOLOGIA ELETRÔNICA EIRELI, inscrita sob o CNPJ n. 16.981.262/0001-14**
- 6.3. O Pregoeiro Municipal decide por receber o Recurso e, no mérito, estabelecer os julgamentos anteriormente descritos.
- 6.4. É como decidido.

Portalegre/RN, 20 de agosto de 2021.

José Alan da Silva Fernandes

Pregoeiro

CPF 087.712.044-74

Matrícula Nº 587

JOSÉ ALAN DA SILVA FERNANDES

Pregoeiro Municipal

Portaria n.º 178/2021 – GP/PMP